

O Brasil e Alguns Indicadores de Abertura*

Rubens Penha Cysne

No artigo "Brasil: Fim da Restrição Externa?", publicado na edição de Março desta Revista, enumerei alguns fatores pelos quais **não** se pode dizer, a despeito de algumas estatísticas positivas ocorridas recentemente (superávits em no balanço de pagamentos em conta corrente nos três últimos anos e uma relação dívida externa líquida sobre exportações passando de 3,8 em 1987 a 1,0 ao final de 2005), que a restrição externa ao crescimento da economia brasileira tenha chegado ao fim. Estamos longe disto.

Um dos fatores citados para justificar tal posição foi a reduzida abertura da nossa economia. Em particular, uma baixa relação entre as exportações e importações e o Produto Interno Bruto (PIB) restringe o crescimento porque faz com que o país se beneficie bem menos do que poderia, e do que se beneficiam outras economias que com o Brasil competem, dos ganhos de comércio. Este artigo concentra-se sobre tal ponto.

Para caracterizar o grau de abertura, vários são os critérios possíveis, ainda que sempre arbitrários e de racionalidade econômica discutível. Concentrar-me-ei aqui em dois dos mais usuais: a razão entre importações mais exportações de bens e serviços (X+M) e o PIB, e a razão entre as receitas totais do balanço de pagamentos em conta corrente (em inglês, usa-se a sigla CAR para denotar "Current Account Receipts") e o PIB.

Antes de passar à análise dos números, cabe uma ligeira discussão sobre cada um destes indicadores.

Em primeiro lugar, como exportações mais as importações, bem como o total das receitas correntes, são medidos em dólares, e o PIB em reais, ambas razões dependem da taxa de câmbio. Uma forma de neutralizar tal influência se dá pela análise de uma série de tempo suficientemente longa, para que oscilações cambiais de curto prazo não levem a uma análise viesada. Neste artigo, faço isto apenas com a estatística CAR/PIB. Para isto, seleciono um grupo de países, retrocedendo a análise dos dados ao ano de 1990. Para a variável (X+M)/PIB o objetivo foi trabalhar com um conjunto mais amplo de países, caso no qual a obtenção de estatísticas pretéritas fica mais dificultada.

Um segundo problema na utilização destas estatísticas diz respeito ao fato de ambas poderem ser afetadas por trocas unilaterais sem significado econômico (as chamadas de "trocas de de chumbo"). Por exemplo, no limite, dois países podem elevar simultaneamente suas importações e exportações apenas por simples manipulações contábeis, cada um simultaneamente exportando e importando a mesma mercadoria. Numa versão mais realista, isto se daria pela exportação e importação simultânea de bens muito semelhantes, (cores ou modelos diferentes, por exemplo), movidas por incentivos fiscais em cada país. Nos dois casos o numerador de cada uma das estatísticas às quais nos referimos acima se eleva, sem que o denominador se mova.

Tais coeficientes ((X+M)/PIB e CAR/PIB) costumam também ser criticados pelo fato de numerador e denominador estarem de certa forma correlacionados, tendo em vista que as exportações são um dos componentes do Produto. Uma alternativa no caso costuma se dar pela utilização, no denominador, dos totais internacionais para todos os países para os quais há estatísticas disponíveis, seja de importações mais exportações, ou das receitas correntes. Não utilizaremos tais estatísticas aqui, mas as conclusões seguem na mesma direção.

A tabela 1 abaixo dispõe o a relação (X+M)/PIB, relativa a 2005, para um grupo de 68 países:

Tabela 1

País	Ab.	País	Ab.	País	Ab.	País	Ab.
Hong Kong	383.1	Costa Rica	101	Finland	72	France	53.6
Malaysia	222.9	Austria	100.4	Tunisia	71.1	Italy	52.7
Estonia	174.5	Ukraine	100	El Salvador	70.5	India	45.2
Belgium	172.1	Kazakhstan	98.3	China	70.2	Argentina	43.9
Slovakia	161.7	Israel	97.2	Portugal	66	Peru	43.8
Malta	160.7	Cyprus	96.7	Panama	64	Colombia	43.7
Thailand	148.9	Philippines	96.3	Egypt	63.6	Australia	40.2
Ireland	145.6	Kuwait	95.3	Indonesia	63	Lebanon	38.2
Vietnam	145.3	Denmark	94	Venezuela	62.3	Brazil	33.6
Czech Republic	143.5	Sweden	89.5	Mexico	61.1	Japan	27.2
Bulgaria	138.2	Switzerland	89.2	Turkey	60.9	United States	26.6
Hungary	136.7	Korea	82.5	Ecuador	59.4		
Netherlands	134.2	Romania	81	Uruguay	59.2		
Taiwan	134.2	Germany	75.4	Russia	58.7		
Slovenia	123	Iceland	74.4	New Zealand	58.4		
Lithuania	118.8	Poland	74.4	United Kingdom	56.1		
Croatia	115.7	Chile	73	Spain	56		
Latvia	110	Norway	73	South Africa	55.7		
Papua New Guinea	101.9	Canada	72.3	Greece	54.5		

Fonte de Dados: FMI e Banco Mundial, Elaboração Própria

Observa-se claramente que o Brasil ocupa a antepenúltima posição na tabela, superando apenas o Japão e os Estados Unidos. Os Estados Unidos costuma aparecer como um ponto fora da curva (outsider) em várias análises comparativas internacionais, não sendo um bom parâmetro de comparação¹. Sua baixa inserção no comércio (último lugar entre os países listados acima) costuma ser justificada pelas dimensões continentais e pelo grande aproveitamento de vantagens comparativas simplesmente através do comércio entre estados.

O caso do Japão evidentemente não permite explicar a baixa relação (X+M)/PIB (a qual tem variado entre 18,6% e 24% do PIB desde 1997) com base na dimensão territorial. Há, entretanto, conhecidas dificuldades dos demais países seja em exportar ou em fazer investimentos diretos no Japão.

¹ Em particular, nas análises de rating soberano, onde este país tem uma avaliação AAA, embora apresente um déficit em conta corrente da ordem de 6,5% do PIB, um déficit público nominal de 2,6% do PIB, uma relação entre dívida líquida e exportações de 2,52, e uma relação entre dívida pública e receitas do governo de 2,08.

O Brasil aparece em terceiro na escala dos países menos abertos, dentre os 68 países citados. Isto se deve em parte ao longo período de políticas de substituição de importações. Estas tiveram origem em meados dos anos cinquenta, com a indústria automobilística, atravessaram os anos 60, 70 e 80, através dos planos de desenvolvimento, e de certa forma permanecem até hoje em alguns setores, ainda que de forma mais tímida.

As políticas de substituição de importações levaram a fatos positivos e negativos, não sendo o objetivo aqui fazer uma análise crítica das mesmas. Cabe apenas observar que hoje em dia a interação internacional é muito maior, mais necessária e mais adequada ao Brasil (em particular devido ao sistema cambial flexível perseguido desde 1999), devendo o nosso país adaptar-se a aos novos tempos.

A Tabela 2 abaixo apresenta os números relativos à relação entre o total das receitas correntes do balanço de pagamentos e o PIB, agora para um número selecionado de países e retrocedendo a 1990:

Tabela 2

	<i>CAR / PIB (%)</i>				
	<i>Período 1: 1990-1994</i>	<i>Período 2: 1995-1999</i>	<i>Período 3: 2000-2004</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>
Índia	10.4	13.9	17.3	18.4	23.4
Brasil	9.8	8.9	15.9	19.5	17.1
Australia	19.1	21.4	22.4	20.6	21.9
Peru	14.6	16.5	20.4	24.3	27.7
Colômbia	20.3	16.0	23.5	25.2	23.5
Africa do Sul	23.2	25.7	31.1	28.3	27.1
Turquia	19.4	28.8	32.6	31.4	30.0
México	18.4	33.5	31.2	33.2	33.1
Rússia		31.6	39.7	37.4	37.8
Indonésia	26.7	37.5	42.6	41.6	38.3
China	18.0	23.0	32.9	42.5	40.1
Chile	29.4	29.1	38.0	43.4	44.7
Filipinas	34.8	57.2	62.7	65.1	63.3
Hungria	39.7	58.3	72.1	69.6	71.2
Tailândia	39.6	52.5	70.3	74.6	77.1
Malásia	82.8	106.5	120.3	118.1	130.9
Mediana	20.3	28.9	32.7	35.3	35.5

Fonte de Dados: FMI e Banco Mundial, Elaboração Própria

Repetindo as conclusões da análise anterior, os dados permitem observar que a posição do Brasil no que diz respeito à abertura de sua economia tem sistematicamente se revelado aquém dos demais países.

Abertura com Planejamento Factível

Na história econômica brasileira recente, o termo "planejamento econômico" passou a ter uma acepção negativa em alguns setores intelectuais, parte por sua associação aos planos do regime militar, parte pela constatação que a máquina do Estado em geral não é eficiente o suficiente para conferir-lhes realidade. Trata-se, entretanto, como mostra a reconstrução das economias alemã e japonesa após a Segunda Guerra, de uma percepção não necessariamente correta. Tem sido em parte a falta de planejamento realista de longo prazo, com uma visão menos míope em algumas áreas, particularmente a fiscal e social, que tem condenado o país a um baixíssimo crescimento desde o início dos anos 80, bem como à violência urbana e à desorganização social.

Para elevar a participação do Brasil no comércio exterior é necessário não apenas orquestrar rapidamente com o setor privado uma estratégia, mas também garantir a existência, no setor público, de instituições que permitam a sua plena implementação, aí incluídos o controle e a continuidade. Tal processo, entretanto, não deve ser motivo para inércia ou morosidade.

Reduzir tarifas, cotas, custos burocráticos de importação e restrições ao fluxo de capitais para o exterior é no momento economicamente defensável. Tais medidas exercerão pressões altistas sobre a moeda estrangeira de referência (dólar), fomentando as exportações e, através destas, as inovações tecnológicas. Mas este passo deve ser acompanhado de outros, que permitam ao país usufruir os benefícios congêneres obtidos através das negociações internacionais de praxe.

Rubens Penha Cysne (rubens@fgv.br) é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV).

*** Este trabalho contou com a assistência de pesquisa de Paulo Grahl e Luis Vivanco.**